

SOB O OLHAR IMPÁVIDO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE E DO IGEPE

Afinal, quem são os grandes depositantes estatais que encarecem o custo dos empréstimos bancários em Moçambique?



O debate que juntou três banqueiros para falar sobre a “Banca no Contexto da Covid-19”, no dia 2 de Julho, no programa “O País Económico” do canal televisivo STV Notícias¹, “refrescou” a mente dos moçambicanos sobre um dos “velhos”, mas sempre presentes problemas estruturantes da economia nacional: as ele-

vadas taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais nos empréstimos concedidos às famílias e às empresas nacionais.

Para além de repelir grande parte das famílias moçambicanas do acesso ao financiamento para o consumo ou investimento, as elevadas taxas de juro cobradas são um dos principais factores que prejudica o desenvol-

¹ <http://opais.sapo.mz/banqueiros-alertam-para-momentos-difíceis-daqui-a-seis-meses>



Créditos: www.e-global.pt

vimento das PME em Moçambique².

Sobre os possíveis factores por detrás desta situação, várias hipóteses já foram levantadas, a maioria baseada na análise do mecanismo de transmissão da política monetária do Banco de Moçambique para os bancos comerciais. Alguns estudos realizados sobre a matéria sugerem como factores explicativos do elevado custo dos empréstimos bancários as fragilidades estruturais da economia e do sistema financeiro em particular³, a preferência dos bancos comerciais em dar créditos ao Governo em vez do sector privado (hipótese de “preguiça” dos bancos comerciais)⁴ e a concentração dos activos do sistema bancário nacional, não só territorial em Maputo, como também em termos de percentagem do crédito⁵.

Se a questão sobre “o que” explica o elevado custo do crédito bancário em Moçambique foi exaustivamente estudada e discutida, a questão sobre “quem” são os grandes responsáveis por tal situação permaneceu como um “tabu” que finalmente foi quebra-

do pelos painelistas do debate acima referenciados ao denunciar que *“há algumas instituições públicas que dispõem de liquidez e vendem aos bancos a uma taxa um pouco mais elevada do que do que seria desejável...atendendo que são instituições que estão praticamente no perímetro do Estado, poderiam contribuir para a redução das taxas”*⁶.

Avançaram ainda que “um dos elementos que contribui para os níveis de taxas de juro que o país tem tido há muito tempo, tem a ver com aquilo que nós chamamos de crédito ocioso na banca e grande parte do crédito ocioso que nós temos na banca é crédito que vem das empresas públicas. As empresas públicas têm créditos que contribuem para uma carteira de crédito não remunerada ou remunerada de uma forma pouco transparente”.

Portanto, a acção destas empresas públicas, financiadas através das contribuições fiscais, são lesivas aos esforços nacionais de desenvolvimento do sistema financeiro e re-

² <https://www.giz.de/de/downloads/giz2016-pt-PME-in-mocambique-situacao-e-desafios.pdf>

³ https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE_Des2013_6.BanComTaxRef.pdf

⁴ https://www.researchgate.net/publication/327112821_Credito_Bancario_em_Mocambique_Sera_que_o_Sector_Publico_expulsa_o_Sector_Privado

⁵ <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/juros-de-quase-20-cobrados-as-pme-de-mocambique-sao-proibitivamente-altos>

⁶ <http://opais.sapo.mz/banqueiros-alertam-para-momentos-dificeis-daqui-a-seis-meses>



Créditos: Jornal O País

presentam uma grande ameaça para a materialização dos objectivos da Estratégia Nacional do Sector Financeiro 2013-2020.

Com efeito, apesar do aumento considerável, nos últimos 5 anos, do número de bancos a operar no país, o sector bancário moçambicano é, depois do Malawi, o segundo mais "concentrado" da região austral de África, com 76.89% dos seus activos concentrados nos três principais bancos do sector⁷. De igual modo, este acto das empresas públicas de usar o dinheiro do Estado para realizar leilões de depósitos, vai em contração dos objectivos da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022⁸.

Outrossim, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) já tinha alertado aos moçambicanos sobre a existência de empresas públicas como a Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), o Banco Nacional de Investimentos (BNI), a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e suas subsidiárias,

particularmente a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que vêm somando lucros há já muito tempo e que, por isso, poderiam contribuir com recursos monetários para a criação de uma "bolsa família" e outras formas de medidas de protecção social para as famílias e empresas em dificuldades sócioeconómicas por causa dos efeitos negativos da pandemia da Covid-19⁹.

Ao invés disso, o que se assistiu foi um estranho (principalmente no contexto actual de "crise na crise" provocada pela Covid-19) acentuado crescimento de depósitos a prazos no sistema bancário nacional, que antes da declaração do Estado de Emergência em finais de Março, apresentavam uma tendência decrescente. Na altura, o CDD colocou a seguinte questão: quem são esses indivíduos ou entidades "imunes" à crise vivida por todos e têm poupanças e excesso de liquidez para fazer grandes depósitos a prazo¹⁰. Hoje já temos parte da resposta para essa pergunta!

⁷ https://www.theglobaleconomy.com/rankings/banking_system_concentration/Africa/

⁸ http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=300

⁹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Financiamento_da_Bolsa_Familia_no_ambito_da_prevencao_da_covid-19_Chegou_a_hora_das_empresas_publicas_aliviarem_o_sofrimento_dos_mocambicanos.pdf

¹⁰ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/A-timidez-da-Pol%C3%ADtica-Monet%C3%A1ria-e-a-rigidez-da-sua-transmiss%C3%A3o-ao-sistema-banc%C3%A1rio-n%C3%A3o-ajudam-na-mitiga%C3%A7%C3%A3o-dos-efeitos-econ%C3%B3micos-negativos-da-Covid-19.pdf>

Portanto, o problema das elevadas taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais é, mais do que uma questão específica da estrutura do sistema financeiro ou conjuntura macroeconómica, um problema de governação económica que exige uma intervenção urgente do Banco de Moçambique, na qualidade de conselheiro financeiro do Estado e de supervisor do sistema financeiro nacional para corrigir esta alocação ineficiente dos recursos financeiros públi-

cos que tem gerado as distorções económicas acima descritas.

Igualmente, há um chamamento para a intervenção do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) na qualidade de gestor do sector empresarial do Estado, para travar esta prática de “leilões de depósitos”, porque está errado que as empresas públicas usem dinheiro público para fazerem aplicações financeiras que prejudica a sociedade moçambicana.

<p>COVID-19</p> <h2>STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE</h2> <p>Report human rights abuse during the state of emergency in Mozambique</p> <p>From June the 30th to July the 29th, 2020</p> <p>CALL NOW: 87 85 33 330</p> <p>WhatsApp</p> <p>Respect human rights in Mozambique spread the word! COVID-19 An initiative of:  </p>	<p>COVID-19</p> <h2>ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE</h2> <p>Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique</p> <p>De 30 de Junho a 29 de Julho de 2020</p> <p>LIGUE JÁ: 87 85 33 330</p> <p>WhatsApp</p> <p>Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19 Passe a palavra! Uma iniciativa  </p>
Help respect human rights Mozambique Spread the word!	Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique, passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhamumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

